



Em defesa do trabalhador

Evaldo Piolli

A falência da política, de Maurício Tragtenberg, org. de Evaldo A. Vieira,
São Paulo, Editora Unesp, 2018, 488 pp.

Nenhum outro título seria tão oportuno quanto *A falência da política* para os nossos dias não fossem os textos que integram essa colêctanea terem sido escritos na década de 1980 por Maurício Tragtenberg. No entanto, o leitor, ao tomar contato com suas páginas, com certeza encontrará nelas elementos fundamentais para explicar o nosso momento. São textos que tratam de assuntos variados nos quais o autor aborda política, corrupção do poder, autoritarismo, exploração do trabalhador. Revelam sua grande erudição e, ao mesmo tempo, sua capacidade de se fazer entender tanto para o intelectual como para o trabalhador.

Escritos em sua maioria para jornais, foram devidamente examinados e categorizados em três partes, com subdivisões em seções pelo professor Evaldo Vieira. De modo geral, na primeira parte, estão reunidos textos que apresentam sua coerência teórica, sem

vacilar, relacionados à defesa da autonomia do trabalhador, da inteligência quanto à capacidade de auto-organização. Nas duas outras partes do livro, o leitor irá encontrar diversos artigos que tratam da conjuntura internacional, com análises críticas sobre a política e a economia. Destaco os artigos que remetem ao avanço do neoliberalismo nos países da Europa e às crises nos países do Leste Europeu, presentes na segunda parte, e os problemas na saúde e na previdência no Brasil, presentes na terceira parte.

Para dar o tom do conteúdo das páginas do livro o organizador inseriu, como primeiro texto, “A atualidade de Malatesta”, no qual Tragtenberg destaca a coerência teórica e prática desse importante pensador e militante libertário em sua luta contra as formas de repressão do Estado burguês, como também dos descaminhos da social-democracia e do

IVALDO PIOLLI é professor da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

autoritarismo e burocratização na Rússia, após a Revolução de 1917. Os textos que seguem ordenados na primeira parte versarão sobre temas que apresentam ao leitor toda a crítica que Tragtenberg fazia aos partidos de esquerda e de direita, ao processo de burocratização dos sindicatos, ao peleguismo dos sindicalistas e ao oportunismo dos políticos. Em alguns textos, como no caso da experiência das costureiras de Monlevade, trata da capacidade dos trabalhadores de desenvolver formas solidárias e desalienadas de organização da produção.

O autoritarismo dos patrões e o peleguismo sindical têm lugar privilegiado nas críticas, como o faz quando trata da importância das comissões de fábrica no relato sobre a experiência dos trabalhadores da Ford. Essa comissão lutava tanto contra a direção da empresa quanto com a direção do Sindicato dos Metalúrgicos, que a acusava indevidamente de “paralelismo”. Tragtenberg sempre foi na defesa da auto-organização dos trabalhadores e, para isso, buscou inspiração em autores como Bordiga, Pannekoek, Rosa de Luxemburgo e mesmo nos escritos de Gramsci relativos aos conselhos de fábrica. Munido desses autores marxistas heterodoxos e dos libertários, dirá que as comissões de fábrica constituem-se como “escolas de luta” onde o trabalhador aprende, pela prática, a posicionar-se no plano político, econômico e cultural. O trabalhador passa a exercer uma autonomia que pode se contrapor às burocracias do sindicato e do partido político.

Há uma linha de pensamento muito coerente nos textos reunidos no livro que tratam do sindicalismo. Tragtenberg está sempre na defesa da ampla liberdade sindical e do sindicalismo autônomo, desatrelado do Es-

tado e organizado de forma radicalmente democrática.

O propalado “novo sindicalismo” nascido das lutas e greves ao final da ditadura surgiu para romper com a estrutura sindical, mas se rendeu ao pragmatismo e adotou velhas práticas. Isso ocorreu porque, de fato, ele não rompeu com essa estrutura, ao mesmo tempo em que foi abandonando seu papel político de organizador da sociedade civil, para transferir essas responsabilidades para o Parlamento e ao partido. Desse modo, restrito a uma posição negociada e de olho no Parlamento, os sindicalistas não deram a devida atenção à introdução dos programas de qualidade total, do método japonês nas fábricas, bem como para as estratégias gerenciais de cooptação e manipulação dos trabalhadores com a introdução dos métodos participativos e o comprometimento com os resultados e objetivos nos locais de trabalho.

As análises de Tragtenberg são feitas com extrema independência e coerência, destacando-se sua crítica feroz ao Estado, à burocratização e às formas autoritárias. No rico material reunido no livro e nessa linha, o leitor poderá encontrar observações sobre a repressão, as formas de manipulação das massas, o cerceamento das liberdades, seja no Brasil, nos países capitalistas da Europa e nos EUA, bem como nos do Leste Europeu comandados pela URSS. As críticas aos regimes do Leste Europeu podem ser encontradas nos textos “De Lenin ao capitalismo de Estado” (I e II), “O partido único”, “O processo de Moscou a Pequim”, “Ambiguidade do Estado soviético” e em especial em “Rússia atual: produto da herança bizantina e do espírito técnico norte-americano” (I e II).

Os escritos foram publicados nos anos 1980 e repercutem a grande efervescência política da década. No entanto, sem se render às aparências de que se estava a caminho de consolidar a democracia no Brasil, Tragtenberg chama a atenção para os problemas, as ilusões e as armadilhas do sistema representativo e do pluripartidarismo. Em vários textos ele aponta para a inconsistência das legendas e para os riscos da opção eleitoral do PT, partido nascido em meio a esse processo.

Sobre isso, a posição de Tragtenberg é clara quando diz que a “ilusão eleitoral leva o povo à inércia, ao adormecimento, esperando que alguém lute por ele”. Segue sua análise alertando para o fato de que “o PT, que inicialmente constituiu uma esperança de valorização da auto-organização, ao eleger o caminho eleitoral, tende a formar, em cada trabalhador, um vereador, um deputado ou senador, um ex-trabalhador”. E continua: “[...] se não definir com clareza seu objetivo em termos de mudança estrutural, poderá ser cooptado pelo regime transformando-se em seu ‘braço esquerdo’” (pp. 52-53).

Ainda sobre o Partido dos Trabalhadores (PT), convido o leitor a ler o excelente artigo “O dilema da estrela: branca ou vermelha?”. Nele, Tragtenberg explicita o processo que levou o PT para uma opção eleitoral a partir do surgimento da corrente “Articulação” (estrela branca), rumo ao reformismo, à social-democracia e à abdicação do socialismo. Esta última se fará com o processo gradual de expurgo das correntes mais à esquerda, a começar pela base sindical.

Tragtenberg era um grande estudioso de Max Weber e nos deixou importantes contribuições relacionadas ao pensador alemão,

que viveu entre o final do século XIX e o início do século XX. Nessa coletânea, o leitor terá acesso a três artigos (“Max Weber na assembleia”, I, II e III), produzidos na forma de perguntas, nos quais ele nos apresenta, com base nos fundamentos da obra de Weber e de forma bem atual, uma análise do nosso sistema representativo e dos partidos. Nesse sentido, aponta severas críticas à fragilidade desse sistema, dada a crescente burocratização e o distanciamento das reais necessidades do povo trabalhador, das lutas sociais determinadas pela “razão de Estado”. É em nome dessa “razão de Estado” ou do “interesse geral” que, no Parlamento, diz Tragtenberg, o representante pode desvincular-se da identidade que possuía antes da eleição, como vínculos com determinado movimento social ou grupo de interesse específico.

Consoante a isso, o processo constituinte que culminou na Constituição de 1988, tido por muitos como o ápice do processo de redemocratização, estaria sendo promovido pelas “classes dominantes para dar legitimidade ao poder exercido pelos seus representantes no Parlamento”, portanto, sem desmontar a “máquina repressiva”. Para ele, uma constituinte “sem a participação real dos assalariados nos processos decisórios em todos os níveis nada mais é que um sonho numa noite de verão”.

Tragtenberg vai na contramão do entusiasmo que envolveu setores amplos da sociedade brasileira, inclusive de representantes da classe trabalhadora, no processo de redemocratização. Tais críticas corajosas não foram muito bem compreendidas no contexto em que foram escritas, e, ainda assim, não seria difícil transpor muitas delas para nossos dias e aos fatos que culminaram no

golpe institucional de 2016 e nas eleições de 2018, com a vitória de Bolsonaro, com agenda política autoritária, militarista, neopentecostalista e neoliberalizante.

O fato é que, se verificarmos com cautela os escritos do autor heterodoxo, podemos concluir que a redemocratização dos anos 1980 e a subsequente Nova República que se encerrou em 2016 foram capengas. Nossa burguesia, que sempre esteve atrelada aos interesses da grande burguesia internacional, nunca abandonou sua face golpista e autoritária. Ao PT fica a lição dos limites concretos da opção preferencial pelas eleições, pelo mandato parlamentar e por uma política de conciliação de classes pelo alto, o que vale também para o PSOL, que, ao que me parece, vai na mesma direção.

A Editora Unesp, ao dispor esse rico material produzido pelo professor Maurício Tragtenberg para nosso conhecimento, nos oferece a grande oportunidade de uma reflexão sobre os sentidos da redemocratização no Brasil e da Nova República. Os artigos, publicados em sua maioria em jornais de grande circulação, nos obrigam a pensar que em algum momento tivemos a oportunidade de dar um passo a mais na direção da construção de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais radicalmente democrática. Fica a impressão de que as estratégias adotadas, principalmente por aqueles que se denominam representantes da classe trabalhadora, não foram suficientes para incomodar as estruturas de poder e de dominação enraizadas na sociedade brasileira. Não fizeram, portanto, seu dever de casa.